

SUMÁRIO

PARTE I

TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO 1 – DIREITO CONSTITUCIONAL	3
1. Direito Constitucional: conceito, objetivo e objeto	3
2. O Direito Constitucional e os demais ramos do Direito	3
3. A importância da Constituição no mundo pós-guerra. Notas sobre o pensamento constitucional contemporâneo e o neoconstitucionalismo....	4
CAPÍTULO 2 – A TEORIA DO PODER CONSTITUINTE.....	8
1. Histórico	8
2. Natureza do poder constituinte originário.....	9
3. Conceito de poder constituinte.....	10
4. Titularidade X exercício	10
5. Poderes constituídos.....	11
6. Espécies de poder constituinte.....	11
6.1. O poder constituinte originário.....	11
6.2. O poder constituinte derivado reformador	12
6.3. O poder constituinte derivado decorrente	12
7. Características.....	12
8. Direito adquirido e as normas do poder constituinte originário e derivado	14

CAPÍTULO 3 – A NOVA CONSTITUIÇÃO E O DIREITO ANTERIOR	17
1. Introdução	17
2. A teoria da revogação global	17
3. A teoria da desconstitucionalização	18
4. A teoria da recepção e da não recepção	18
5. A teoria da repristinação	21
CAPÍTULO 4 – CONCEPÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO	22
1. Introdução	22
2. Sentido sociológico	22
3. Sentido político	23
4. Sentido jurídico-normativo (positivista)	24
5. Outras concepções	25
CAPÍTULO 5 – CLASSIFICAÇÃO E ELEMENTOS DAS CONSTITUIÇÕES	26
1. A importância da classificação	26
2. Quanto à forma	26
3. Quanto à origem	27
4. Quanto ao modo de elaboração	27
5. Quanto à extensão	28
6. Quanto ao conteúdo	28
7. Quanto à alterabilidade (ou estabilidade)	29
8. Quanto à finalidade	31
9. Quanto à correspondência com a realidade (classificação ontológica)	31
10. Quanto à ideologia	31
11. A classificação da Constituição de 1988	32
12. Elementos das Constituições	32
CAPÍTULO 6 – EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	34
1. A influência da segunda dimensão de direitos fundamentais sobre o tema	34
2. Teoria bipartida americana (Thomas Colley, em 1927)	35

3. Teoria bipartida brasileira (Pontes de Miranda) e tripartida italiana (Gaetano Azzariti)	36
4. Teoria tripartida clássica brasileira (José Afonso da Silva, em 1968).....	36
5. Teoria tripartida moderna quanto ao conteúdo das normas constitucionais (Luís Roberto Barroso).....	38
6. Eficácia negativa das normas constitucionais	39
7. O preâmbulo da Constituição	39
8. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	40

CAPÍTULO 7 – A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL..... 41

1. A difícil tarefa de “interpretar”	41
2. Métodos Clássicos de Interpretação Constitucional.....	42
2.1. Método gramatical ou literal.....	42
2.2. Método sistemático.....	42
2.3. Método histórico	43
2.4. Método lógico	44
2.5. Método teleológico.....	44
3. A abertura das Constituições aos princípios e a nova interpretação constitucional.....	44
4. Métodos modernos de interpretação constitucional	48
4.1. Método tópico-problemático	48
4.2. Método hermenêutico-concretizador	48
4.3. Método científico-espiritual.....	48
4.4. Método normativo estruturante.....	48
4.5. Método da comparação constitucional.....	48
5. Os principais princípios de interpretação constitucional.....	49
5.1. Princípio da unidade da Constituição	49
5.2. Princípio da concordância prática (ou da harmonização)	49
5.3. Princípio do efeito integrador (ou da eficácia integradora).....	49
5.4. Princípio da justeza ou da conformidade funcional.....	50
5.5. Princípio da correção funcional.....	50
5.6. Princípio da força normativa da Constituição e da máxima e fetividade das normas constitucionais.....	50
5.7. Princípio da interpretação conforme a Constituição.....	51

5.8.	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....	51
5.8.1.	Histórico.....	51
5.8.2.	Previsão na CF/1988	53
5.8.3.	Aspectos comuns aos princípios e críticas.....	54
CAPÍTULO 8 – A “MUDANÇA” NA CONSTITUIÇÃO		56
1.	Manifestações do poder constituinte derivado reformador	56
1.1.	Emendas constitucionais e limitações.....	57
1.2.	Emendas de revisão	66
1.3.	Correntes sobre a revisão constitucional e limitações	66
1.4.	Quadro comparativo entre as emendas constitucionais e as emendas de revisão	67
2.	Mutação constitucional	68
2.1.	Conceito. Definições.....	68
2.2.	Manifestações.....	68
2.3.	Limitações à mutação e a “mutação inconstitucional”	69
2.4.	Exemplos do fenômeno	69
CAPÍTULO 9 – NOTAS SOBRE AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS		70
1.	Constituição de 1824	70
2.	Constituição de 1891	70
3.	Constituição de 1934	71
4.	Constituição de 1937	72
5.	Constituição de 1946	72
6.	Constituição de 1967	73
7.	Emenda Constitucional nº 1, de 1969	73

PARTE II

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO 10 – TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS		77
1.	Breve histórico sobre os direitos humanos, sua importância no mundo pós-guerra e a dignidade da pessoa humana	77
1.1.	Direitos humanos e direitos fundamentais	81

1.2.	Direitos e garantias fundamentais.....	81
1.3.	Titularidade.....	82
1.4.	Positivção	82
1.4.1.	Na Constituição de 1988	82
1.4.2.	Nas normas infraconstitucionais.....	83
1.4.3.	Tratados sobre direitos humanos já ratificados pelo país	83
1.5.	Dupla dimensão dos direitos fundamentais.....	84
1.6.	Eficácia vertical e horizontal dos direitos fundamentais.....	85
2.	Fundamentação	86
3.	Características.....	87
4.	Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais	90
4.1.	Críticas às dimensões.....	92
5.	O “Bloco de Constitucionalidade”	93
6.	A constitucionalização formal dos tratados sobre direitos humanos. Art. 5º, 3º.....	95
7.	O Tribunal Penal Internacional. Art. 5º, § 4º.....	96
CAPÍTULO 11 – DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....		98
1.	Análise doutrinária e seleção de jurisprudência sobre o art. 5º.....	98
1.1.	Direito à vida.....	99
1.1.1.	Início e fim da tutela.....	99
1.1.2.	Exceções da tutela ao direito à vida	99
1.2.	Direito à liberdade.....	100
1.3.	Direito à igualdade	101
1.3.1.	A igualdade material e a política de ações afirmativas	102
1.4.	Direito à segurança	104
1.5.	Direito à propriedade.....	104
1.5.1.	Limitações ao direito à propriedade.....	105
2.	Princípio da igualdade.....	105
3.	Princípio da legalidade.....	109
4.	Princípio da dignidade da pessoa humana	111
5.	Manifestação de expressão responsável.....	113
6.	Liberdade religiosa	115

7. Liberdade de expressão artística.....	117
8. Proteção à intimidade e à vida privada	119
9. Liberdade profissional.....	129
10. Liberdade de comunicação.....	130
11. Liberdade de locomoção.....	131
12. Direito de reunião.....	131
13. Direito de associação.....	132
14. Direito de propriedade.....	134
15. Direitos do consumidor	140
16. Direito à informação.....	141
17. Direito de petição e de obtenção de certidões	142
18. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional e do amplo acesso à justiça.....	145
19. Princípio da segurança das relações jurídicas e da irretroatividade das leis	147
20. Princípio do juiz natural	152
21. O Tribunal do Júri	154
22. Direito Penal Constitucional	158
23. Extradicação	167
24. O devido processo legal.....	172
25. Princípio da presunção de inocência	176
26. Identificação criminal	179
27. Ação penal privada subsidiária da pública	180
28. Publicidade dos atos processuais	180
29. A prisão	181
30. Direito ao silêncio	182
31. A prisão civil por dívida	184
CAPÍTULO 12 – DIREITOS SOCIAIS	189
1. Conceito e desafios.....	189
2. Classificação dos direitos sociais na Constituição brasileira	190

3.	Os direitos sociais do trabalhador.....	191
3.1.	Dos direitos sociais individuais dos trabalhadores.....	191
3.2.	Dos direitos sociais coletivos dos trabalhadores.....	201
4.	Proteção, no plano internacional, dos direitos sociais.....	204
5.	Mecanismos de efetivação dos direitos sociais na Constituição de 1988.....	204
6.	Os princípios norteadores de proteção aos direitos sociais.....	205
6.1.	Princípio do mínimo existencial.....	205
6.2.	Princípio da reserva do possível.....	206
6.3.	Princípio da vedação ao retrocesso social.....	207
7.	Notas sobre o controle judicial das políticas públicas.....	208
CAPÍTULO 13 – NACIONALIDADE.....		210
1.	Conceito.....	210
2.	Espécies de nacionalidade.....	211
2.1.	Nacionalidade originária ou primária.....	211
2.2.	Nacionalidade derivada ou secundária.....	211
3.	CrITÉRIOS de atribuição de nacionalidade originária.....	211
4.	Aquisição de nacionalidade originária.....	212
5.	Aquisição de nacionalidade derivada.....	214
6.	Tratamento diferenciado entre brasileiros.....	216
7.	Perda da nacionalidade.....	218
7.1.	Perda-sanção ou punição: brasileiros naturalizados.....	219
7.2.	Perda-mudança: brasileiros natos e naturalizados.....	219
CAPÍTULO 14 – DIREITOS POLÍTICOS.....		221
1.	Fundamento constitucional.....	221
2.	O “sufrágio”.....	221
3.	Aquisição de direitos políticos: alistamento eleitoral.....	223
4.	O português equiparado e a cidadania.....	223
5.	Inalistabilidade.....	224
6.	Classificação dos direitos políticos positivos (manifestações do sufrágio).....	225

6.1.	Direitos políticos ativos.....	225
6.2.	Direitos políticos passivos	227
7.	Os direitos políticos negativos	227
7.1.	As inelegibilidades	227
7.1.1.	A reeleição	228
7.1.2.	A desincompatibilização	229
7.1.3.	A inelegibilidade reflexa	230
7.2.	Perda e suspensão de direitos políticos	233
CAPÍTULO 15 – PARTIDOS POLÍTICOS		235
1.	Conceito	235
2.	Preceitos fundamentais	235
3.	A criação dos partidos políticos	236
4.	A fidelidade partidária.....	236
4.1.	A resposta à Consulta (CTA) nº 1.398 do TSE	237
4.2.	A Resolução do TSE nº 22.610/2007.....	237
4.3.	A manifestação do STF sobre a fidelidade partidária.....	238
4.4.	A constitucionalidade das Resoluções do TSE – STF, ADI 3.999	239
5.	A verticalização das coligações.....	239
CAPÍTULO 16 – REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS		240
1.	Introdução	240
2.	<i>Habeas corpus</i>	240
2.1.	Histórico, natureza jurídica e conceito	241
2.2.	A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	241
2.3.	Espécies.....	242
2.4.	Legitimidade ativa	242
2.5.	O paciente.....	242
2.6.	Polo passivo.....	243
2.7.	<i>Habeas corpus</i> e prisão do militar.....	243
2.8.	Hipóteses de não cabimento do <i>habeas corpus</i>	243
2.9.	Competência.....	244
3.	Mandado de segurança.....	245
3.1.	Histórico, natureza jurídica e conceito	245
3.2.	Modalidades	246

3.3.	Espécies.....	247
3.4.	Condições específicas. Natureza residual do instituto.....	248
3.5.	Polo passivo.....	248
3.6.	Da prova.....	249
3.7.	Mandado de segurança e processo legislativo inconstitucional.....	249
3.8.	Hipóteses de não cabimento do <i>mandamus</i>	249
3.9.	Direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo.....	250
3.10.	Competência.....	250
3.11.	Enunciados da Súmula do STF.....	251
4.	<i>Habeas data</i>	252
4.1.	Histórico, natureza jurídica e conceito.....	253
4.2.	Objeto.....	253
4.3.	Definição de “caráter público”.....	254
4.4.	Legitimidade ativa.....	254
4.5.	Polo passivo.....	254
4.6.	Comprovação de recusa por parte da autoridade administrativa ...	254
4.7.	Competência.....	255
5.	Mandado de injunção.....	256
5.1.	Histórico, natureza jurídica e conceito.....	256
5.2.	Modalidades.....	257
5.3.	Pressupostos do remédio.....	257
5.4.	Polo passivo.....	257
5.5.	Efeitos do mandado de injunção.....	258
5.6.	Competência.....	259
5.7.	Quadro comparativo do MI e da ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO).....	260
6.	Ação popular.....	261
6.1.	Histórico, natureza jurídica e conceito.....	261
6.2.	Espécies.....	262
6.3.	Legitimidade ativa.....	262
6.4.	Polo passivo.....	262
6.5.	Condições específicas.....	263
6.6.	O papel do Ministério Público.....	263
6.7.	A gratuidade.....	264
6.8.	Competência.....	264

PARTE III

TEORIA DO ESTADO

CAPÍTULO 17 – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	269
1. Importância dos princípios fundamentais.....	269
2. Os princípios fundamentais em espécie	270
2.1. O princípio republicano	270
2.2. O princípio federativo	271
2.3. Estado democrático de direito	271
3. Os fundamentos do Estado brasileiro (art.1º).....	272
3.1. Soberania.....	272
3.2. Cidadania.....	273
3.3. Dignidade da pessoa humana.....	273
3.4. Os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa	275
3.5. O pluralismo político	275
4. O princípio democrático	275
5. A tripartição de “poderes”	276
6. Os objetivos fundamentais da República Federativa.....	278
6.1. Construir uma sociedade livre, justa e solidária	278
6.2. Garantir o desenvolvimento nacional	279
6.3. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.....	280
6.4. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.....	280
7. Os princípios que regem o Brasil nas relações internacionais.....	281
7.1. Independência nacional	281
7.2. A prevalência dos direitos humanos.....	281
7.3. Autodeterminação dos povos, não intervenção e igualdade entre os Estados	282
7.4. Defesa da paz e solução pacífica dos conflitos	282
7.5. Repúdio ao terrorismo e ao racismo	283
7.6. Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.....	283
7.7. Concessão de asilo político	284
8. A comunidade latino-americana de nações	284

CAPÍTULO 18 – ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO	286
1. O Estado.....	286
1.1. Conceito de Estado.....	286
2. Elementos	286
3. Formas de Estado	287
3.1. Estado unitário.....	287
3.2. Estado composto.....	287
3.2.1. Confederação.....	287
3.2.2. Federação.....	287
3.3. Estado regional e Estado autônomo.....	288
4. A Federação.....	288
4.1. O federalismo norte-americano de 1787.....	289
4.2. Federalismo por agregação e federalismo por segregação.....	289
4.3. Federalismo dual e federalismo cooperativo (ou de participação).....	290
4.4. Federalismo simétrico e assimétrico.....	290
5. A Federação brasileira	290
5.1. Características da Federação brasileira	291
5.2. O equilíbrio federativo.....	292
6. Autonomia x soberania	292
7. A União Federal. Definição. Bens.....	293
8. Estados-membros. Definição. Bens.....	294
9. A singularidade dos Municípios	295
10. O Distrito Federal.....	296
11. A repartição de competências e o princípio da predominância de interesses	296
11.1. A competência legislativa	297
11.2. A competência administrativa.....	299
12. A repartição de competências à luz do STF.....	300
12.1. Súmulas do STF sobre a repartição de competências.....	361
13. Os Territórios Federais na Constituição de 1988.....	362
14. Intervenção Federal e Intervenção Estadual	362
14.1. Princípio da não intervenção.....	362
14.2. Hipóteses constitucionais taxativas.....	363

14.3.	Natureza jurídica.....	363
14.4.	Espécies de intervenção.....	363
14.5.	Pressupostos do decreto interventivo	365
14.6.	Controle político.....	365
14.7.	Controle jurisdicional.....	366
14.8.	Intervenção da União em Municípios de Territórios (art. 35).....	366

CAPÍTULO 19 – MECANISMOS CONSTITUCIONAIS DE DEFESA DO ESTADO.... 367

1.	Do sistema constitucional das crises.....	367
2.	Princípios informadores do estado de defesa e do estado de sítio	368
3.	Requisitos para o estado de defesa	368
3.1.	Medidas coercitivas que podem vigorar durante o estado de defesa	369
4.	Requisitos para o estado de sítio	369
4.1.	Medidas que podem vigorar durante o estado de sítio	370
5.	Controle político e jurisdicional	370
6.	Breves reflexões sobre o estado de exceção na modernidade.....	371
7.	A segurança pública.....	373
7.1.	Realização das atividades de polícia.....	373
7.2.	Órgãos da segurança pública	374
7.2.1.	Das polícias federais.....	374
7.2.2.	Das polícias estaduais	375
7.2.3.	Das guardas municipais.....	375
7.3.	A força nacional de segurança pública.....	375
7.4.	Jurisprudência do STF sobre a segurança pública.....	376

PARTE IV

TEORIA DOS PODERES E PROCESSO LEGISLATIVO

CAPÍTULO 20 – O PODER LEGISLATIVO..... 381

1.	Estrutura do Poder Legislativo	381
1.1.	Funcionamento do Congresso Nacional.....	382
1.2.	A Mesa do Congresso Nacional	382
1.3.	Sessões conjuntas	382
1.4.	Convocação extraordinária.....	382

1.5.	Recesso parlamentar	383
1.6.	Atribuições do Congresso Nacional	383
1.7.	As comissões.....	383
1.8.	Comissões e dispensa de projetos de lei pelo plenário	384
1.9.	A Câmara dos Deputados.....	384
1.10.	Atribuições da Câmara dos Deputados.....	385
1.11.	O Senado Federal.....	386
1.12.	Atribuições do Senado Federal	386
2.	As Comissões Parlamentares de Inquérito.....	388
2.1.	Histórico e origem no Brasil.....	388
2.2.	Requisitos constitucionais	389
2.3.	CPI nos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	389
2.4.	Número máximo de CPIs	390
2.5.	“Poderes” das CPIs.....	391
2.6.	Vedações às CPIs	392
2.7.	Direito ao silêncio e CPI	392
2.8.	Competência para julgar atos da CPI.....	393
2.9.	Imunidades parlamentares e CPI.....	393
2.10.	Convocação de magistrado e CPI.....	393
2.11.	Participação de advogado em CPI.....	394
2.12.	Os índios e a CPI	394
2.13.	Indenização por danos materiais e morais em sede de CPI	394
2.14.	Publicidade dos atos da CPI.....	395
2.15.	Falta de condições financeiras e CPI.....	395
3.	Estatuto dos Congressistas.....	395
3.1.	As imunidades materiais ou inviolabilidades parlamentares	396
3.2.	Prerrogativa de foro.....	397
3.3.	Imunidades formais.....	398
3.4.	Imunidades e suplentes	400
3.5.	Imunidades e licença dos parlamentares.....	401
3.6.	Imunidades de deputados estaduais, distritais e vereadores.....	401
3.7.	Imunidades durante estado de defesa e estado de sítio	402
3.8.	Isenção do serviço militar	403
3.9.	Limitação ao dever de testemunhar	403
3.10.	As incompatibilidades	403
3.11.	Perda do cargo.....	405

CAPÍTULO 21 – TRIBUNAIS DE CONTAS.....	407
1. Histórico do Tribunal de Contas.....	407
2. Características do Tribunal de Contas da União.....	408
3. Ministros do Tribunal de Contas da União	409
4. O Ministério Público perante o TCU	409
5. Aspectos importantes sobre o TCU.....	409
5.1. O TCU não dispõe de competência para determinar a quebra do sigilo bancário.....	409
5.2. A denúncia anônima não pode, por si, justificar a condenação de investigado (ou réu), mas pode ser aceita para iniciar um procedimento investigativo sigiloso, voltado a apurar a existência dos fatos apontados pelo denunciante.	410
5.3. O Tribunal de Contas, no desempenho de suas atribuições, pode realizar controle de constitucionalidade das leis	411
5.4. Contraditório e ampla defesa nos processos de competência do TCU	411
5.5. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da administração indireta, estão sujeitas à fiscalização do TCU?	412
6. Os Tribunais de Contas nos Estados e Distrito Federal.....	412
7. Os Tribunais de Contas Municipais.....	414
CAPÍTULO 22 – O PROCESSO LEGISLATIVO.....	416
1. Conceito	416
2. Espécies de processo legislativo	416
3. Atos do processo legislativo ordinário	417
3.1. Iniciativa	417
3.1.1. Espécies de iniciativa.....	417
3.2. Discussão e emendas.....	419
3.3. Votação	420
3.4. Sanção e veto	421
3.4.1. A derrubada do veto.....	422
3.5. Promulgação e publicação de lei.....	422
4. O processo legislativo sumário.....	423
5. Espécies normativas.....	423
5.1. Leis complementares e leis ordinárias.....	423

5.2.	Leis delegadas	424
5.2.1.	Autoridade competente e requisito essencial.....	424
5.2.2.	Matéria vedada à delegação.....	425
5.2.3.	Espécies de leis delegadas.....	425
5.3.	Decretos legislativos e resoluções	426
5.4.	Medidas provisórias	426
5.4.1.	Natureza jurídica e base legal	426
5.4.2.	Os antigos decretos-leis. Características principais	427
5.4.3.	Autoridade competente.....	427
5.4.4.	Medidas provisórias nos Estados e Municípios	427
5.4.5.	Pressupostos constitucionais.....	428
5.4.6.	Limitações materiais explícitas.....	428
5.4.7.	Limitações materiais implícitas	429
5.4.8.	Medidas provisórias e matéria tributária.....	429
5.4.9.	Casa iniciadora do processo de conversão e prazo de vigência.....	429
5.4.10.	Trancamento de pauta	430
5.4.11.	Conversão de medida provisória em lei ordinária, com ou sem alterações	431
5.4.12.	Rejeição tácita (ou por decurso de prazo) ou expressa....	431
5.4.13.	Reedição	431
5.4.14.	MP e decreto legislativo.....	432
5.4.15.	MPs anteriores à EC nº 32/2001.....	432
5.4.16.	Notas sobre MP no direito comparado	432
5.4.17.	Medida provisória e controle de constitucionalidade.....	433

CAPÍTULO 23 – O PODER EXECUTIVO..... 435

1.	Forma e sistema de governo	435
1.1.	Formas de governo.....	435
1.2.	Sistemas de governo.....	435
2.	Estrutura do Poder Executivo Federal. Chefia de Estado e de Governo	436
2.1.	Atribuições do chefe do Executivo Federal	437
3.	Requisitos para a Presidência e Vice-Presidência da República	437
4.	As eleições presidenciais.....	437
4.1.	As eleições para o Executivo estadual, distrital e municipal.....	438
5.	A posse do Presidente e do Vice	438

6. Reeleição, desincompatibilização e inelegibilidade reflexa	438
7. Impedimento e vacância do Presidente e do Vice-Presidente	439
8. Perda de cargo.....	439
9. Prerrogativas e responsabilidades do Presidente da República	440
9.1. Imunidades formais.....	440
9.2. Prerrogativa de foro.....	440
9.3. Os crimes de responsabilidade	440
9.4. Suspensão das funções	441
9.5. Cláusula de irresponsabilidade penal relativa	442
9.6. Prerrogativas de governadores e prefeitos.....	443
10. Os ministros de Estado.....	444
11. Órgãos de apoio ao Presidente da República.....	444
11.1. O Conselho da República	444
11.2. O Conselho da Defesa Nacional.....	445

CAPÍTULO 24 – O PODER JUDICIÁRIO..... 446

1. Funções típicas e atípicas.....	446
2. Estrutura e órgãos do Poder Judiciário	446
2.1. O Supremo Tribunal Federal (art. 101 e ss.).....	447
2.2. O Superior Tribunal de Justiça (art. 104 e ss.).....	447
2.3. A Justiça Federal Comum (art. 106 e ss.)	448
2.4. A Justiça Federal do Trabalho (art. 111 e ss.).....	448
2.5. A Justiça Federal Eleitoral (art. 118 e ss.).....	450
2.6. A Justiça Federal Militar (art. 122 e ss.).....	450
2.7. A Justiça Estadual (arts. 125 e 126).....	451
2.8. O Conselho Nacional de Justiça.....	451
3. Garantias constitucionais do Poder Judiciário e de seus integrantes	454
3.1. Garantias orgânicas ou institucionais	454
3.2. Garantias da magistratura (art. 95).....	455
4. Vedações – Garantias de imparcialidade (art. 95, parágrafo único, I, II, III, IV e V, alterado pela EC nº 45/2004)	455
5. O princípio da reserva de plenário.....	456
6. O precatório	456

7. A justiça itinerante.....	457
8. Os juizados especiais e a justiça de paz.....	458
9. A reforma do Poder Judiciário. Algumas alterações. Emenda Constitucional nº 45/2004	459
10. A Súmula Vinculante	460
10.1. Órgão competente para edição da súmula.....	461
10.2. Requisitos para sua utilização.....	461
10.3. Do procedimento	461
10.4. Dos efeitos obrigatórios e a reclamação constitucional.....	463
10.5. Súmulas Vinculantes	464
11. A repercussão geral em recurso extraordinário.....	470
 CAPÍTULO 25 – AS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	472
1. Ministério Público	472
1.1. Origem	472
1.2. Surgimento do Ministério Público no Brasil	472
1.3. Evolução do Ministério Público nas Constituições brasileiras.....	473
1.4. Princípios Institucionais.....	473
1.5. Organização Constitucional do Ministério Público na CF/1988	474
1.5.1. O Ministério Público da União	474
1.5.2. Ministérios Públicos dos Estados.....	475
1.6. Funções institucionais constitucionais.....	475
1.7. Legislação correlata.....	476
1.8. Conselho Nacional do Ministério Público.....	476
1.9. Decisões do STF relativas ao Ministério Público.....	479
2. Advocacia Pública.....	482
2.1. Advocacia-Geral da União e das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal	482
2.2. Decisões do STF relativas à Advocacia Pública	483
3. O profissional da advocacia.....	485
3.1. Decisões do STF relativas à Advocacia.....	486
4. Defensoria Pública	487
4.1. Decisões do STF relativas à Defensoria Pública.....	487

PARTE V

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

CAPÍTULO 26 – TEORIA GERAL DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.... 491

1. Introdução	491
2. Princípios norteadores.....	491
2.1. Princípio da rigidez constitucional	491
2.2. Princípio da supremacia constitucional.....	492
2.3. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis.....	492
3. Conceito	493
4. Tipos de inconstitucionalidade.....	493
5. Manifestações do controle de constitucionalidade.....	497
5.1. Com relação ao momento.....	497
5.2. Quanto ao órgão	497
6. Não há declaração de inconstitucionalidade por derivação/ por via reflexa /por via oblíqua/ ou indireta	499
7. O controle de constitucionalidade judicial	500
7.1. Com relação ao órgão competente para o exercício.....	500
7.2. Com relação ao modo de exercício	500
8. O controle de constitucionalidade no Direito comparado	501
8.1. O sistema norte-americano	501
8.2. O sistema constitucional austríaco	503
8.3. O controle de constitucionalidade na Alemanha.....	503
8.4. O controle de constitucionalidade na Espanha.....	504
8.5. O controle de constitucionalidade em Portugal.....	504
9. Evolução do controle de constitucionalidade no Brasil	504
9.1. A Constituição de 1824	504
9.2. A Constituição de 1891	505
9.3. A Constituição de 1934	505
9.4. A Constituição de 1937	506
9.5. A Constituição de 1946	506
9.6. A Emenda Constitucional nº 16/1965	506
9.7. A Constituição de 1967	507
9.8. A Constituição de 1988	507

CAPÍTULO 27 – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DIFUSO	508
1. Desenvolvimento do controle difuso de constitucionalidade	508
2. O princípio da reserva de plenário (ou do <i>full bench</i>)	510
2.1. Reserva de plenário nos tribunais (arts. 480 a 482, CPC)	510
3. Efeitos da decisão na via difusa. A participação do Senado Federal.....	511
4. A “abstratização” do controle difuso de constitucionalidade	514
 CAPÍTULO 28 – VISÃO GERAL DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	
CONCENTRADO	518
1. Introdução	518
2. Características do controle concentrado	518
2.1. Espécies de ações da via direta.....	519
2.2. Ato normativo passível de controle abstrato de constitucionalidade via ADI e ADC.....	519
2.3. Legitimação ativa para a propositura das ações.....	520
2.4. Capacidade postulatória	524
2.5. O procurador-geral da República.....	525
2.6. O advogado-geral da União.....	525
2.7. O <i>amicus curiae</i>	526
2.8. Características para o julgamento das ações	528
 CAPÍTULO 29 – AS AÇÕES DO CONTROLE CONCENTRADO	529
1. Ação direta de inconstitucionalidade genérica (ADI)	529
1.1. Competência.....	529
1.2. Objeto.....	529
1.3. Legitimidade ativa	530
1.4. Concessão de medidas cautelares.....	530
1.5. Eficácia da decisão definitiva.....	531
1.6. Modulação de efeitos e suspensão de julgamento.....	532
1.7. Da ambivalência da ADI e da ADC.....	533
1.8. Diferenças entre ADI e ADC.....	534
1.9. Modalidades de decisão na ADI e na ADC	535
1.9.1. A interpretação conforme à Constituição	535
1.9.2. A declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto	536

2.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO).....	537
2.1.	Introdução.....	537
2.2.	Competência.....	538
2.3.	Objeto.....	538
2.4.	Legitimação ativa.....	539
2.5.	Concessão de medidas cautelares.....	539
2.6.	Omissão total e omissão parcial.....	540
2.7.	Efeitos da decisão definitiva.....	541
2.8.	Diferenças entre ADO e MI.....	542
3.	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC).....	543
3.1.	Introdução.....	543
3.2.	Competência.....	543
3.3.	Legitimação ativa.....	544
3.4.	Objeto.....	544
3.5.	Concessão de medidas cautelares.....	544
3.6.	Efeitos da decisão definitiva.....	544
4.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	545
4.1.	Introdução.....	545
4.2.	ADPF preventiva e repressiva.....	545
4.3.	Arguição direta (autônoma) e arguição indireta (incidental).....	546
4.4.	Que é preceito fundamental?.....	546
4.5.	Competência.....	547
4.6.	Cláusula de subsidiariedade.....	547
4.7.	Objeto.....	548
4.8.	Legitimidade ativa.....	548
4.9.	Concessão de medidas cautelares.....	548
4.10.	Efeitos da decisão definitiva.....	549

CAPÍTULO 30 – QUESTÕES RELEVANTES NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 550

1.	A reclamação constitucional.....	550
2.	Natureza do ato inconstitucional.....	552
3.	Controle de constitucionalidade estadual.....	552
4.	Controle de constitucionalidade distrital e municipal.....	554

5. ADI interventiva federal (ou representação de inconstitucionalidade interventiva)	555
6. Coletânea de jurisprudência sobre alguns temas do controle de constitucionalidade	556
6.1. A Questão da “lei ainda constitucional”	556
6.2. ADI – Transcendência dos motivos determinantes.....	556
6.3. Inconstitucionalidade por arrastamento ou por atração	557
6.4. A inconstitucionalidade “chapada”	558
6.5. A “fossilização da Constituição”	559
ANEXOS	561
BIBLIOGRAFIA	577